



STZ
AA
Scadinho

1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos

4ª Comissão Permanente – Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida

PARECER

PROPOSTA N.º 702 /2016

“Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste por cisão do sistema multimunicipal de saneamento de águas de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a criação da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão e designar o representante do município de Lisboa na Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para votar favoravelmente e submeter à Assembleia Municipal a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A.”

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 702/2016, adiante designada por Proposta, subscrita pelos Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 15 de Dezembro de 2016, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa:

- Nos termos do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., cujo capital social de (euro) 113.527.680,00, se encontra definido no projeto de decreto-lei, detendo nela o Município a participação acionista que figura no Anexo I ao projeto de decreto-lei, constante da referida deliberação da Assembleia Geral da Águas de Portugal e vale do tejo, S.A.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para as Comissões Permanentes de Finanças, Património e Recursos Humanos e de Ambiente e Qualidade de Vida, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, conforme o Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o presente mandato.

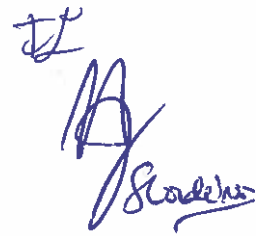
II. CONSIDERANDOS

II.1. Enquadramento

O XIX Governo Constitucional reorganizou em 2015 os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento. Foram criadas novas entidades gestoras por agregação, tendo, no caso concreto do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, procedido à extinção do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril e de saneamento do Tejo e Trancão, bem como das respetivas entidades gestoras com a oposição generalizada dos municípios utilizadores e acionistas.

Assim, o referido Decreto -lei criou o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituiu ainda a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e atribuiu -lhe a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

Nesta sequência o Município de Lisboa, bem como os Municípios de Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, interpuseram uma ação de declaração de nulidade da fusão da SIMTEJO, com



[Handwritten signature]

Lisboa e Vale do Tejo, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão.

O capital social da sociedade é de € 113.527.680,00, nos termos definidos no projeto de decreto-lei, detendo nela o Município a participação acionista de 16.929.620 ações com o valor unitário de € 1,00, o que corresponde a 14,91% do Capital Social.

Decorreu no passado dia 12 de Dezembro, na sede social da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. uma Assembleia Geral, cujo ponto único da ordem de trabalhos se destinava a deliberar sobre o acordo da sociedade à cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e à cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

Aguarda-se a publicação do Decreto-Lei que concretiza a constituição da empresa e do sub-sistema e que também marcará a Assembleia Geral da Empresa que vai permitir os passos seguintes, nomeadamente a aprovação de um Acordo Parassocial.

II.2. Caracterização das Águas do Tejo Atlântico SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE

A concessão em causa compreende, **em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes** domésticos, urbanos (resultantes da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais), efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas.

Municípios abrangidos: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, **Lisboa**, Loures, Lourinhã, Mafra Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

A concessão tem a duração de trinta anos a contar da data de produção dos efeitos do contrato de concessão entre o Estado Português e a Águas do Tejo Atlântico, S.A. e, caduca no último dia do ano civil correspondente ao último ano da concessão.

A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

O estudo de viabilidade económica e financeira permite aferir uma projeção da atividade corrente da empresa, denotando a viabilidade da empresa. Assim, prevê-se um investimento em capital fixo a realizar pela empresa no horizonte 2017 a 2046 de aproximadamente 197,7 M€ (a preços constantes), havendo ainda folga para candidaturas a subsídios a que a empresa se pode candidatar. A previsão de atividade estabelece um volume médio de efluente tratado para o período de concessão de cerca de 180 milhões de m³/ano.

Assim, consegue-se prever os rendimentos operacionais que se apresentam no Gráfico 1.

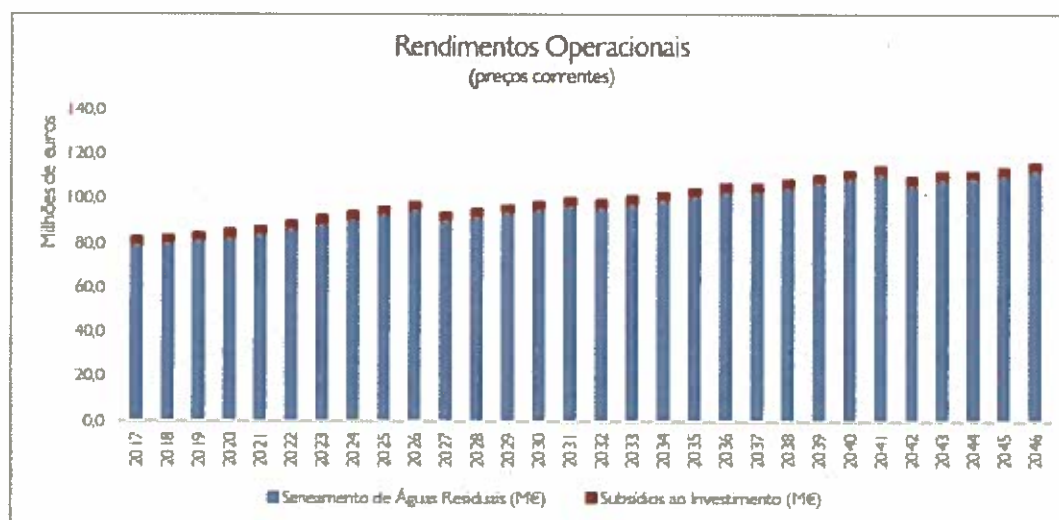


Gráfico 1: Rendimentos operacionais previsionais durante a concessão.

Estruturando a atividade típica de uma empresa deste setor, estabeleceu-se a previsão de gastos operacionais, que se apresentam no Gráfico 2.

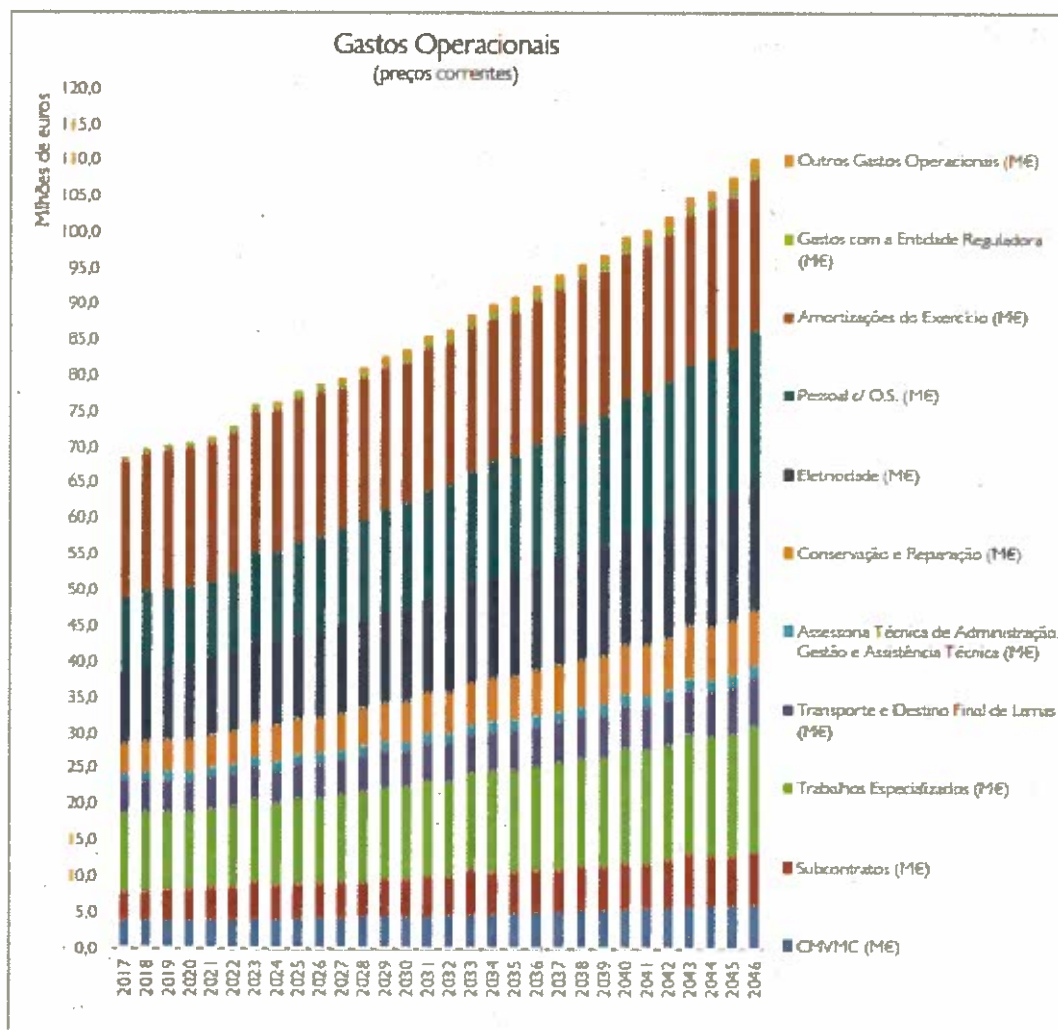


Gráfico 2: Gastos operacionais previsionais durante a concessão

Também é estimada os resultados do ciclo financeiro da empresa, bem como o desvio de recuperação de gastos.

Quanto ao valor da tarifa, "O modelo financeiro permitiu apurar a tarifa necessária por atividade que resulta da divisão dos gastos anuais, incluindo os impostos sobre o rendimento e a remuneração do capital investido, deduzidos dos rendimentos obtidos, pelos volumes de

caudais a faturar. Para a sua composição contribuíram gastos operacionais, os encargos financeiros e fiscais, assim como a remuneração do capital investido.

Nesse sentido, as tarifas estabelecidas foram definidas tendo como objetivo a cobertura integral dos gastos da atividade concessionada, incluindo os desvios de recuperação de gastos.

A concessão compreende dois períodos tarifários. O primeiro, de dez anos, designado de convergência tarifária, e o segundo, de vinte anos, dividido em subperíodos tarifários de cinco anos, nos termos de contrato de concessão.

Os valores previstos, definidos e estimados para as tarifas no período de convergência tarifária e nos períodos quinquenais subsequentes representam o nível mínimo a partir do qual a concessionária gera fundos suficientes para satisfazer os compromissos decorrentes da atividade concessionada nos termos do contrato de concessão, bem como para cumprimento das obrigações de pagamento de dividendos aos acionistas nos termos previstos no Decreto-Lei de criação do sistema (apresentado no anexo II mas ainda não publicado).

A evolução das tarifas de saneamento de águas residuais pressupõe a recuperação do saldo dos desvios de recuperação de gastos acumulado a 31/dez/2016 e os gerados até ao termo do período de convergência tarifária.

De acordo com a proposta de Decreto-Lei, o tarifário inclui uma CTA (componente tarifária acrescida) que acresce às tarifas previstas e definidas a aplicar pela concessionária aos municípios utilizadores do sistema e conforme o subsistema de origem (Simtejo, Sanest ou AdO).

O valor da CTA cobrada será transferida para a Águas do Vale do Tejo, S. A. e destina-se a contribuir para a sustentabilidade do respetivo sistema.”, conforme o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira.

II.3. Audição Vereador João Paulo Saraiva

Atendendo à relevância do assunto, consideraram as Comissões, ser necessário e vantajoso para uma melhor e mais abrangente apreciação das circunstâncias, proceder à audição do vereador João Paulo Saraiva, que ocorreu no dia 17 de Janeiro de 2017.

O vereador deu conhecimento que em 2015 o governo da altura fundiu um conjunto de sistemas de saneamento, dando origem no caso de Lisboa à entidade “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”, que aglutinou meio país. Esta operação teve a oposição da Câmara Municipal de Lisboa, bem como de outros municípios da área metropolitana.

O atual governo decidiu repensar o sistema criado de modo a dar-lhe mais eficácia. Assim, decidiu cindir o sistema criado em 2015 e fundir o sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril (SANEST), o sistema de saneamento do Tejo e Trancão (SIMTEJO) e o sistema de águas e saneamento do Oeste - apenas na vertente de saneamento (AdO), dando origem ao sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Informou, ainda, que a posição da Câmara Municipal de Lisboa é proporcionalmente idêntica à que tinha na ex SIMTEJO, isto é 14,9%, e que o prazo de concessão é de 30 anos.

Em resposta a perguntas de Deputados Municipais explicou a impossibilidade do saneamento em alta ser executado por empresas municipais, obrigando a sistemas que agreguem municípios considerando que a dimensão da empresa agora proposta é equilibrada; explicou o mecanismo da Componente Tarifária acrescida, que será calculada com base nos apoios do Fundo Ambiental criado pelo decreto-lei nº 42-A/2016 de 12 de Agosto; mostrou a diminuição da tarifa que o estudo de viabilidade económica e financeira mostra que diminuirá de 0,4924 €/m³ em 2016 para um valor previsional de 0,4348 €/m³ em 2026.

Após intervenção dos deputados presentes na reunião e em resposta às questões colocadas deu conhecimento que a CML dá por concluídos os processos de contencioso, que foram interpostos aquando da aglutinação dos sistemas em 2015.

III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas nas Comissões e o Deputado Municipal Relator, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido e votado o presente Relatório.

IV. CONCLUSÕES

Da análise dos documentos relativos a esta proposta e audição promovida pela 1.ª e 4.ª Comissão Permanente Municipal, pode concluir-se que:

- Com o redesenho das empresas de capitais públicos do sector de Saneamento, Lisboa mantém uma posição de Capital Social relativa idêntico ao que tinha nas soluções anteriores;
- As tarifas são fixadas de forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico e financeiro da concessão e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão;
- Com a proposta gizada no decreto-lei a ser aprovado, Lisboa desiste das ações judiciais que tinha posto aquando da extinção da Simtejo.
- Uma maior garantia que a maioria do capital social da nova sociedade, “apenas pode ter como titulares entes públicos (...) e municípios”, de acordo com o Art.º 7º, nº2 da proposta de projeto de lei (Anexo II) e da proposta de estatutos da sociedade, nos seus Arts.º 6º e 8º, garantia que será reforçada no Acordo Parassocial.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no Art.º 75º do Regimento para a emissão de Parecer.

Face a tudo quanto fica exposto, a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa

V. RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, a 1ª e 4ª Comissões Permanentes recomendam à Câmara Municipal de Lisboa que:

Envie com regularidade a esta Assembleia, informação e documentos sobre a atividade da sociedade agora criada e do sub-sistema de saneamento.

VI. ANEXOS

O relator considerou útil juntar os seguintes anexos:

Anexo I – Proposta (minuta) de contrato de concessão entre o Estado português e as Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Anexo II – Projeto de decreto-lei da criação do sistema multi-municipal de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e constituição da sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A. (...)

As forças políticas representadas na Comissão reservam para plenário a expressão do seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes e representadas nas Comissões.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão,



Irene Lopes

A Presidente da 4.ª Comissão,



Sofia Cordeiro

O Deputado Relator,



Hugo Xambre